

SESMARIAS E FAZENDAS: ATIVIDADES ECONÔMICAS E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NOS ENTORNOS DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL (1750-1850)¹

Sesmarías and farms: economical activities and the socio-environmental development in the rio taquari surroundings, rio grande do sul (1750-1850)

Moisés Ilair Blum Vedoy²
Luís Fernando da Silva Laroque³

RESUMO

A Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, localiza-se na região centro leste do Rio Grande do Sul, ocupada inicialmente por indígenas, mas com a chegada dos europeus, jesuítas e bandeirantes também percorrem o território no século XVII. A partir da segunda metade do século XVIII, atendendo interesses da Coroa Portuguesa, sesmarias e fazendas são erguidas nos entornos da Bacia do Rio Taquari. O objetivo do trabalho consistiu em analisar as atividades econômicas de cunho agrícola e seus desdobramentos ambientais no território entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e os procedimentos metodológicos consistiu na análise documental compostas de correspondências de subdelegacia, cartas de sesmarias, autos de medição e relatório que se encontro no Arquivo Histórico e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Evidenciou-se, tendo para análise aportes teóricos da História Ambiental

1 O estudo insere-se no Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS”, vinculados ao PPG em Ambiente e Desenvolvimento e conta com auxílios financeiro da Universidade do Vale do Taquari – Univates, do PROSUC/ CAPES e da FAPERGS.

2 Mestre em Ambiente e Desenvolvimento pelo PPG em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Graduação em História pela Univates. E-mail: moisesvedoy@gmail.com

3 Doutorado em História. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Graduação em História da Univates. Email: lfaroque@univates.br

e da Economia, que com o estabelecimento das primeiras sesmarias e fazendas no período em questão nos entornos do Rio Taquari, tem-se a implantação de atividades econômicas da agricultura, tais como trigo, erva-mate e madeira para consumo interno, situação que se contrapõe a pecuária predominante ao sul do Brasil Meridional. As características geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari faz parte do bioma Mata Atlântica, composta pela Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista, com predominância da Araucária angustifolia, as quais sofreram transformações devido a forma que se passou a usar para captação de recursos, diferente daquela manejada pelos indígenas Kaingang que viviam no local.

Palavras-chave: Sesmarias e Fazendas; Atividades Econômicas; Transformações Ambientais.

ABSTRACT

The Hydrographic Basin of the Taquari River is situated in the central-east region of Rio Grande do Sul and was initially occupied by natives. However, Europeans, Jesuits and Bandeirantes also crossed such a territory during the 17th century. From the 18th century second half onwards, with the interest of the Portuguese Crown, sesmarias and farms were erected in the surroundings of the Taquari River Basin. The present work aims to analyze the agricultural economic activities and the environmental development in this territory between the second half of the 18th century and the first half of the 19th century. The methodology used was qualitative and comprise a documentary analysis of the subdelegacy correspondences, sesmarias letters, as well as measurement records and reports. All the documental material is deposited in the Historical Archive and Public Archive of Rio Grande do Sul. Based on the analysis, it was evidenced that with the establishment of the first sesmarias and farms in the along the Taquari River during the studied period, there is an implantation of agricultural economic activities, such as wheat crops, yerba mate and wood for domestic consumption. This contrast the southern Brazilian scenario, which predominantly comprised cattle raising. The environmental framework of the Taquari River Basin is included in the Atlantic Rain Forest Biome, which comprises decidual and ombrophilous mixed forests. The latter is predominantly composed by Araucaria angustifolia. Both forests suffered transformations due to the form used to capture natural resources, which was different of the that managed by the Kaingang natives who lived in such a region.

Keywords: Sesmarias and Farms; Economical activities; Environmental Transformations.

Introdução

O território da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari no decorrer do processo histórico foi um espaço ocupado por distintas levas de grupos humanos e desde tempos mais remotos a agricultura fora a principal atividade econômica. Do ponto de vista geopolítico trata-se de uma zona de fronteira, onde tensões e tratados moviam a fronteira sulina e o que garantia a posse era a ocupação definitiva em meio a um cenário instável, esta situação motivou a Coroa portuguesa a enviar grupos familiares a se estabelecerem na região (TIBURY, 2011). Inicialmente o processo deu-se por meio do estabelecimento de sesmeiros e estancieiros visando a colonização; em um segundo momento tem-se a doação de terras aos chamados casais açorianos. Incentivados pela coroa portuguesa a se estabelecerem ao sul da América Meridional e em um terceiro momento elites militares estabelecem-se no território.

O objetivo do trabalho consistiu em analisar as atividades econômicas de cunho agrícola e seus desdobramentos ambientais no território entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e os procedimentos metodológicos se consistiu na análise documental composto de correspondências de subdelegacia, cartas de sesmarias, autos de medição e relatório que se encontram no Arquivo Histórico e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, os quais foram analisados tendo por base aportes teóricos de autores da História Ambiental e da Economia.

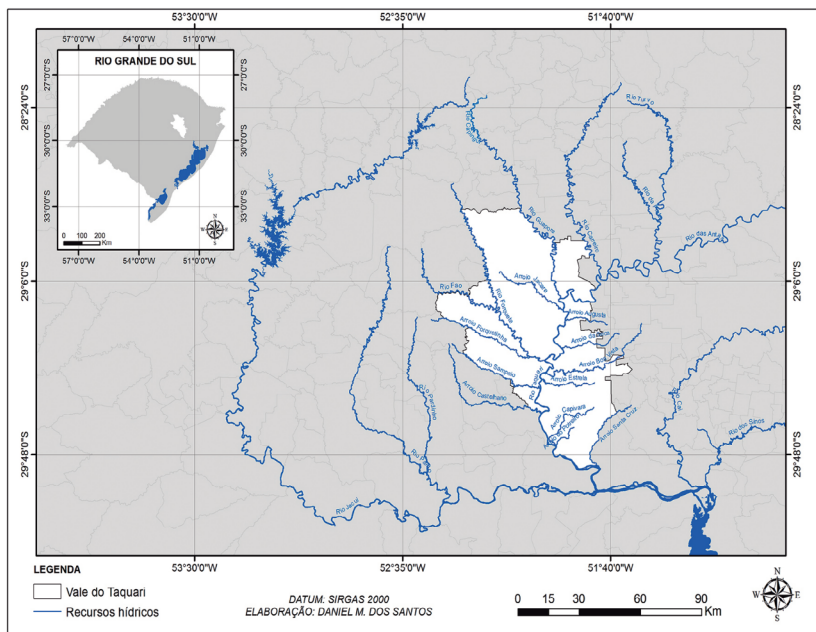
Aspectos geoambientais da bacia hidrográfica do rio taquari

Atualmente a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, insere-se na Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, cujas nascentes ocorrem no município de São José dos Ausentes no planalto sul rio-grandense e percorre a serra geral em direção a Bacia do Rio Jacuí onde vai desaguar. O Rio Taquari do ponto de vista geopolítico, localiza-se em jurisdição do território que na atualidade denomina-se de Região Vale do Taquari⁴, porção centro-leste do

4 A Região Vale do Taquari consiste uma divisão política-territorial regional criada em 1991 pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT). Atualmente esta composto de 36 municípios que constituem 6 microrregiões.

Rio Grande do Sul a 120 km em média da capital Porto Alegre, conforme mapa (Figura 1). Segundo Kreutz e Machado (2017), a região apresenta três tipos diferentes de relevo, a Unidade Geomorfológica Serra Geral mais ao norte, a Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, mais central na bacia, e a Unidade Geomorfológica Depressão Rio Jacuí mais ao sul quando o Rio Taquari desagua no Rio Jacuí.

Figura 1: Mapa da Região Vale do Taquari



Fonte: Kreutz e Machado (2017, p. 8).

Ainda conforme Kreutz e Machado (2017), a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari está inserida no bioma Mata Atlântica, e a composição pode ser dividida em duas regiões Fitoecológicas⁵, a Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista. Sendo que a primeira compõe a maior parte do vale, e a segunda se estende mais em direção norte da bacia, caracterizada principalmente pela espécie da Araucária angustifolia. A fauna típica dos

5 Repetição dentro de um mesmo clima de aspectos da flora e das formas biológicas, dando uma característica geral da vegetação.

entornos do Rio Taquari e que provavelmente compunha a fauna no período estudado é a seguinte:

Ozotocerus bezoarticus (veado campeiro), Allouta guariba (bugio), Dasyprocta azarea (cutia), Tapirus terrestres (anta), Dasypus novemcinctus (tatu galinha), Myocastor coypus (rato do banhado), Tayassu pecari (porco do mato) e Cuniculus paca (paca). Entre as aves destacam-se Ortalis motmot (aracua), Aramidés saracura (saracura), Crypturellus obsoletus (inambú), Amazonetta brasiliensis (mareca do pé vermelho) e Ramphastos dicolorus (tucano do bico verde). Nas águas dos rios e lagos da região são comuns peixes como o Astyanax spp (lambari), Leporinus obtusidens (piava), Pimelodus maculatus (pintado), Salminus maxillosus (dourado), Rhamdia spp (jundiá), Hypostomus commersoni (cascudo) e Gymnogeophagus (cará) (RELLY; MACHADO, SCHNEIDER, 2008, p.26).

Rambo (1954) analisa a formação hidrográfica, a fauna e a flora da região dos vales, dentro da depressão central e em direção ao planalto do Rio Grande do Sul a partir da perspectiva geológica. Conforme o autor a formação deste ambiente se deu em virtude do levantamento do planalto iniciado no terciário, levando ao o recuo do mar e a formação entre o que o autor chama de muralha da serra e os vales que ficavam para trás atuando “em toda parte, como condensadores de umidade, favorecendo a formação de precipitações e preparando o solo para a presença de formações selváticas” (RAMBO, 1954, p. 22). Os rios como é o caso do Rio Taquari-Antas que nasce no planalto como Rio das Antas e se transforma em Rio Taquari na queda do planalto, “nascem todos na beira dos precipícios, para em seguida, se dirigir, em longa volta, ao oeste e alcançar o oceano por via indireta” (RAMBO, 1954, p. 22).

A constituição fisionômica da Bacia do Rio Taquari, segundo Rambo (1954), chama de *selva pluvial*, um local de fertilidade do solo incomparável. Esta formação deu-se a milhares de anos com a entrada e saída do mar nestas áreas de vale que vão desde o Atlântico a leste até o centro do atual estado do Rio Grande do Sul, em virtude dos derrames do planalto.

Os entornos do Rio Taquari desde períodos mais remotos teve a ocupação indígena, conforme trabalhos arqueológicos e históricos, tais como Laroque (2000), Wolf (2012), Wolf, Machado e Oliveira (2016), os quais apontam para a importância de rios e bacias hidrográficas entre o planalto e a

Bacia do Rio Jacuí como delimitadores territoriais e de acessibilidade para as tradições arqueológicas como Tupi-Guarani e Proto Ge, bem como Guarani e Kaingang no período de contato com os europeus. No decorrer do século XVII, segundo Cristo (2016), jesuítas espanhóis e bandeirantes portugueses, também percorrem o território e de meados do século XVIII até meados do século XIX, sesmeiros militares, fazendeiros e casais açorianos, atendendo interesse colonizador da Coroa Portuguesa o posteriormente do Império Brasileiro, passam a estabelecer-se em territórios do entorno do Rio Taquari.

Segundo Noelli (1999/2000), do ponto de ocupacional, o último marco temporal de expansão demográfica histórica no Rio Grande do Sul seria o da chegada dos europeus a partir do século XVII. Este movimento, recorrendo os pressupostos de Crosby (2011), podemos identificar como de biota portátil⁶, tendo em vista que plantas, animais e transformações na paisagem⁷ passam a acontecer inicialmente nos Campos de Viamão, território onde se estabeleceram as primeiras sesmarias e fazendas, mas logo depois, o mesmo acontece em territórios do Rio Taquari.

Ocupação lusa e aspectos econômicos nos entornos do rio taquari de meados do século XVIII até meados do século XIX

A primeira leva de lusos que viriam a ocupar territórios da Bacia do Rio Taquari com incentivo da Coroa Portuguesa foram os açorianos. Conforme Scott e Berutte (2014), estes passaram a receber incentivos da Coroa Portuguesa para se estabelecer em áreas de disputa com a Coroa Espanhola pelas possessões ao sul da América portuguesa. Dentre os incentivos, conforme os autores, estava à isenção do serviço militar. Após o fracasso de estabelecer as primeiras famílias açorianas na região das Missões em função da Guerra Guaranítica (1754-1756), estes passaram a ser estabelecidos em territórios ao longo da Bacia Hidrográfica do Jacuí e

6 Conceito utilizado por Crosby (2011) para designar o agrupamento de espécies de seres vivos, sejam eles animais ou vegetais, que o homem leva consigo e adapta-os em diferentes espaços.

7 Segundo Santos (2006) a paisagem é uma imagem fragmentada do espaço sujeita a interpretação. Isto é, a natureza como espaço existe em si e não depende da nossa consciência, pois a existência precede a essência. Parcela do espaço interpretada na perspectiva fenomenológica que o transforma em paisagem.

posteriormente nos entornos da Bacia do Rio Taquari. São José de Taquari, fundada em 1764, inicialmente como povoamento e depois como freguesia, foi o marco colonizador no território, que segundo Scott e Berutte (2014, p. 116) foi “a freguesia conhecida por ter sido criada especificamente para receber os açorianos na região”. Estes primeiros açorianos deram origem aos primeiros núcleos povoadores, “como Encruzilhada, Triunfo e Taquari, esta última projetada pelo Governador da Capitania, Custódio de Sá e Faria, em 1764” (BARROSO, 2011, p.124).

Nas terras entre a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí e do Rio Taquari, estes “dedicaram-se à produção agrícola, plantando trigo, abóbora, feijão, couve, cebola, mandioca, milho, frutas variadas. Em algumas propriedades, havia moenda e moinho, esse último para a produção da farinha de trigo” (SCOTT; BERUTTE, 2014, p.111). Barroso (2011) ressalta os moinhos de vento e as azenhas d'água, que inclusive viraram nome de bairros em Porto Alegre e são característicos da ocupação açoriana. O mesmo acontece com o estabelecimento nos entornos do Rio Taquari, aonde tiveram que adaptar a sua cultura aos novos espaços, haja vista que inclusive nos dias atuais se encontram os velhos moinhos e nomes de bairros. “O que é fato, na Capitânia de São Pedro, os açorianos acabaram por ilhados, em meio a terra, por todos os lados” (BARROSO, 2011, p136).

No que diz respeito as atividades agrícolas e a produção em áreas do Rio Taquari, tanto Christilino (2004) como a Correspondência da subdelegacia de Polícia de Taquari (CORRESPONDÊNCIA de 1847), referem-se a uma série de produtos agrícolas produzidos por fazendas que passam a se estabelecer ao longo do Rio Taquari. Estas informações sobre atividade econômica envolvendo a agricultura condiz com as possibilidades de novas levas de ocupantes em fins do século XVIII, em territórios ao longo do rio Jacuí e do rio Taquari considerando que as demais regiões da Província “já se encontravam praticamente ocupadas e divididas em grandes propriedades, destinadas à criação do gado *vacum*” (SCOTT; BERUTTE 2014, p.116). Neste sentido, salienta-se os entorno do Rio Taquari como um espaço propício para a agricultura levando em consideração a estrutura geográfica, conforme apresentadas por Rambo (1954), e não para a criação de gado, mesmo que estes espaços já estarem sendo ocupados por grandes sesmeiros, ligados ao serviço militar ou mesmo para famílias de açorianos.

A freguesia de São José de Taquari, localizada na região central da capitania, surgiu dentro dos desdobramentos dessa imigração e das disputas entre as Coroas ibéricas pelo domínio dos territórios

meridionais na América. Atendendo a necessidades militares, por ordem do governador José Custódio de Sá e Faria, teve seu povoamento iniciado por volta de 1764 em parte das terras ocupadas pelo tenente Francisco da Silva (SCOTT; BERUTTE, 2014, p.123).

Conforme ainda Scott e Berutte (2014, p. 124), o “Tenente Francisco da Silva era natural da Vila de Agreda, no bispado de Coimbra, casou-se com Maria Leme Barboza, natural de Laguna – filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e dona Lucrécia Leme Barboza”. Frente a isto se percebe que o referido Tenente teria sido um dos primeiros grandes sesmeiros da região de Taquari, dando início a uma série de doações que se seguiriam até o início do século XIX, conforme segue:

A concessão das sesmarias, a partir de 1732, representou o nascimento da propriedade privada no Rio Grande do Sul. Foi nessa época de desbravamento do território, na década de 1740, que Luiz Vicente Pacheco de Miranda e o seu concunhado Tenente Francisco da Silva instalaram-se em solo taquariense, no sopé do Morro da Carapuça, ao sudeste (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p.14).

No final do século XVIII e início do XIX, segundo Herlein Jr. e Carvalho (2002, p. 18), haviam dois tipos de habitantes na ocupação do Rio Taquari a partir do Rio Jacuí, o primeiro, de recursos mais limitados, em que “boa parte das famílias e sua prole transformou-se em homens pobres e livres, despossuídos, que se fizeram *matutos*, aprendendo a sobreviver com os índios e mestiços do lugar”. Tratando-se do segundo tipo de habitantes apontam-se os “açorianos imigrados espontaneamente, que já possuíam recursos antes de aportar nas novas terras. Dentre esses, alguns se dedicaram ao comércio e outros às lavouras, com mão-de-obra escrava, e mais tarde à criação” (HERLEIN JR.; CARVALHO, 2002, p.18).

Neste cenário, concomitante as doações a grandes chefes militares, conforme se pode constatar, também se tem o estabelecimento dos casais açorianos, favorecidos pelas condições geoambientais das áreas inundadas de vale na depressão central, além do interesse português de aumentar a densidade populacional nestas áreas. Segundo Zarth (1997), as doações faziam parte de um processo de ocupação do sul da América portuguesa,

direcionando as possessões a chefes militares. Corroborando para questão Kliemann (1986) acentua que o regime agrário da coroa portuguesa fora a grande propriedade, e que ao final do século XVIII, uma insipiente iniciativa da coroa Portuguesa de instalar pequenos núcleos de pequena e média propriedade com o incentivo à chegada de imigrantes açorianos, não foi o suficiente para evitar o fracasso da pequena propriedade. E função de que “uma vez que, na realidade, esses colonos acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio com a criação da fazenda agrícola de produção tritícola e as charqueadas” (KLIEMANN, 1986, p.18). Fazendas nas quais, muitas vezes os colonos açorianos acabavam por serem absorvidos.

Sesmarias e fazendas nos entornos do rio taquari: proprietários e características econômicas

O primeiro registro que se tem faz menção à doação de uma sesmaria a Francisco Machado Fagundes da Silveira, está registrada no ano de 1762 ao sul da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí, na margem esquerda do Rio Taquari. O documento também apresenta a localização desta sesmaria, localizada no “Campo nas várzeas do Rio Taquari, que confrontam pelo Norte com a serra; ao Sul uns morros e matos que dividiam a Fazenda de Lourenço Bicudo; a Oeste com uma grande várzea de matos de Cosme da Silveira e pela parte Leste com o Rio Taquari” (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1762, f. 204). Vale salientar que a doação desta sesmaria se dá no contexto da fundação da Vila de Taquari. “As fundações das povoações de Taquari e da Freguesia de Santo Amaro na década de 1760 foram planejadas e aplicadas por uma política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade” (PIRES, 2016, p. 13). Esta situação demonstrando as pretensões do centro da colônia e a preocupação da política portuguesa com as terras ao sul.

Christillino (2004) aponta que o estabelecimento destas Vilas e Freguesias, levando em consideração Triunfo, Santo Amaro, Taquari, São Jerônimo e Rio Pardo, estão conectadas ao contexto beligerante, e mesmo antes da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira, conforme o autor, já se tem o estabelecimento de outras sesmarias através da concessão de Gomes Freire de Andrade, com o objetivo de “[...] ocupar a Bacia do Rio Jacuí, concedendo sesmarias de terras ainda na década de 1750 ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme no

Vale do Taquari” (CHRISTILLINO, 2004, p.25). Tem-se também a doação de sesmarias a Francisco da Silva no ano de 1780 nas áreas de “Campos em Taquari, a margem do Rio desse nome, fazendo divisa com as de João Francisco” (CARTA de SESMARIA apud CRISTILLINO, 2004, p. 132) e também nos “Campos além das Pedras Brancas confrontando pelo norte com um arroio e os Campos de Antônio Ales Guimarães; ao sul com um arroio que nasce na serra” (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIAS de 1780, f.65).

Além do registro da sesmaria de Francisco Machado Fagundes da Silveira referido, temos as sesmarias apontadas por Christillino (2004) em nome do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme. Há ainda o registro da sesmaria de Francisco da Silva, doada, em 1780, em territórios ao sul da Bacia do Rio Taquari, bem como a doação ao Capitão Manoel Jesus da Ferreira, em 1800, e também o registro da sesmaria de José da Silva Lima, localizada entre o arroio Castelhana e o arroio Sampaio, de frente para o Taquari, a margem direita, no ano de 1798 (SINOPSE DAS CONCEÇÕES DE SESMARIA de 1798, f.233; f.138).

O registro de doações aumenta muito para o final do século XVIII e virada para o século XIX, como pode ser visto a seguir. As doações foram feitas a João Ignacio Teixeira, essa sesmaria se “divide pelo Norte com Francisco Leonardo Cardoso, pelo Arroio Grande; pelo Sul com o Alferes João da Silva Ribeiro Lima, e pelo arroio do Ouro; fazem fundos a Leste e se dividem com matos devolutos” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f.226). Ainda no mesmo ano, foi doado ao irmão do referido em nome de José Ignacio Teixeira, pelo Conde de Rezende, que pelo “norte com o rio que vai para o Campo Novo; pelo Sul com João Bernardo da Silva, dividindo-se pelo arroio Seco, fazendo frente a Leste no rio Taquary e fundos a Este” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1800, f.226). A localização das referidas sesmarias, atualmente se encontram em áreas de jurisdição dos municípios de Estrela e Lajeado no Vale do Taquari.

Outro concessionário foi Antonio de Vargas, que recebeu “à margem do Rio Taquary, no lugar denominado Arroio da Capivara, até o outro Arroio chamado Caramujo” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1796, f.23). A localização desta sesmaria, de acordo com o registro, está a margem esquerda do Rio Taquari na altura dos atuais municípios de Bom Retiro e Taquari. Conforme a documentação da Sinopse de Concessão de Sesmaria, também nestas terras, fora distribuída uma sesmaria a Eleutherio Nunes da Silva, que o mesmo teria vendido as terras no ano de 1800 a Fernando José Machado. Outro registro está em nome de José Theodoro Ferreira, com a medida de 2 léguas de frente e $\frac{3}{4}$ aos fundos, no ano 1800, através do

Conde de Rezende, nos “Campos na freguesia de São José de Taquary, e que confronta: ao Norte com o rio Taquary, ao Sul com as datas de matos concedidas aos casais da dita freguesia; a Oeste com o mesmo rio, e a Leste com a continuação da Serra interior a qual vai para a Geral” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1800, f.115) . A descrição desta última pode ser localizada na altura do atual município de Bom Retiro, na margem direita aonde o Rio Taquari faz uma curva em direção leste, possibilitando que esta sesmaria tivesse ao norte e a leste o Rio Taquari.

Outras sesmarias, já no século XIX também se encontram no registro geral, como a sesmaria de Antonio da Costa Leite, que possuía $\frac{1}{4}$ de légua de frente $\frac{1}{2}$ de légua de fundos, doada no de 1814 por Dom Diogo de Souza, e se localizava, na “Serra Geral, frente ao Sul, dividindo-se com Leonardo Fagundes, e fundos ao Norte. Confrontando a Leste com terras devolutas e a Oeste com outras do concessionário” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f. 164). Também a sesmaria de Juliana Rosa da Costa, concedida por Dom Diogo de Souza no ano de 1814, situada “á margem do rio Tibiquary, (1) districto de Santo Amaro. Seguindo o rumo Leste, se dividem pelo Norte com José Ferreira Guimarães; ao Sul com José Maria e a Oeste com o mencionado rio” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1814, f.104). No mesmo ano, também foi concedido uma sesmaria a Francisco Antonio de Souza, com 3.250 braças de frente e $11\frac{1}{2}$ de léguas de fundo, concedida por Dom Diogo de Souza, situada na “fronteira do Rio Pardo, sitas na margem occidental do rio Taquary, confrontando ao Sul com José da Silva Lima e seus irmãos; e ao Norte com terras do falecido João Bernardes” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIAS de 1814, f.27).

No ano de 1815 foi concedida uma sesmaria a Ignacio José Vicente da Fonseca, concedida pelo Marquez de Alegrete, com $\frac{1}{2}$ légua em quadro, localizada no distrito de Taquari “nos fins dos Morretes, que confrontam ao rio Taquary. Pela parte Sul se dividem com o arroio Sampaio; ao Norte com terras cultivadas por José Marcellino, lindando pela frente dos ditos Morretes com Francisco Antonio de Souza, a rumo de Leste”, e ainda a “Oeste fazem fundos ao sertão da Serra Geral” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1815, f.173). No ano de 1816 foi concedida uma sesmaria José Cezario de Abreu através do Marquez de Alegrete, com $\frac{1}{2}$ légua de quadro, localizada a margem do Rio Taquari, “junto ás que estão de posse Ignacio José de Moraes, Sofia Adelaide Pires e Manoel Joaquim Pires de Carvalho” ainda faz limitação ao sul “com o morrete do Poço Grande; a Leste com os matos da Serra Geral; ao Norte com a mesma Serra, e a Oeste com o referido rio Taquary” (SINOPSE DA CONCEÇÃO DE SESMARIA de 1816, f.56).

Tem-se também o registro da fazenda do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro em nome de sua esposa, localizada a margem direita do rio Taquari, que aparece no auto de medição do seu genro Joaquim Alves Xavier datado de 1887. Conforme a descrição do documento, a denominada Fazenda São Caetano localizava-se “no fundo da Fazenda da mesma senhora denominada S. Caetano na margem direita do rio Taquary com frente ao sul fundos ao Norte ao arroio Jacaré desviando-se pelo Leste com as vertentes que desaguam no rio Taquary e pelo Oeste com o arroio da Forqueta (AUTO de Medição nº 2017 de 1887).

O Auto de Medição nº 2017 faz referência à agricultura efetiva, e é descrito com cultivo de erval. Isso possibilita inferir de que desde os tempos do Capitão Francisco Silvestre Ribeiro a fazenda servia em primeiro as atividades agrícolas, principalmente envolvendo a produção de ervais. O Capitão Francisco Silvestre Ribeiro e sua mulher aparecem ainda possuidores de terras próximas ao Arroio Sampaio “O Ten. Cel. Joaquim Alves Xavier, enquanto herdeiro dos seus sogros, o Cap. Francisco Silvestre Ribeiro e Anna Sallazar Ribeiro, os quais possuíam ainda uma outra área que fazia rumo com a Fazenda São Gabriel” (CHRISTILLINO 2004, p.96). Conforme ainda o trabalho de Christillino (2004, p. 102), a Fazenda São Gabriel era de posse da família Azambuja. “Ocorre que essa família possuía uma concessão conhecida como Fazenda São Gabriel, acima do Arroio Sampaio na margem direita do Rio Taquari”.

Consta no auto de medição de Primórdio Centeno de Azambuja de 1876, a posse de terra de Antonio Xavier de Azambuja, este possuidor de uma sesmária na margem esquerda do Rio Taquari, na altura do que atualmente é Colinas, entre as terras de Ricardo Vila Nova e Ignácio de Moraes. Primórdio Centeno de Azambuja, segundo a documentação, teria comprado a sesmária no ano de 1842, nos “quinhóis que nos trocou em Partilha na sesmária de mato cita na margem esquerda do Rio Taquary pelo preço e quantia todos os quinhóis de cento e setenta e um mil reis... (AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, 1876).

Consta no trabalho de Christilino (2004) que Antonio Francisco de Azambuja era descendente da influente família Azambuja. Este seria filho do Capitão Francisco Xavier de Azambuja, um dos primeiros proprietários de sesmarias, ao da Bacia do Rio Taquari, próximo à foz com o Rio Jacuí no ano de 1752, cujo intento era de proteger as possessões portuguesas de possíveis ataques espanhóis.

Conforme o Auto de Medição uma disputa judicial envolvendo Ricardo Villa Nova e Ignácio de Moraes e Antonio Xavier de Azambuja, onde aparece referência da Fazenda Beija Flor. Está de posse de Ricardo

Villa Nova, cuja área atualmente se localiza o município de Colinas continha cultivo simples, composto de laranjais e destinava-se para arrendamento, conforme é possível verificar a seguir:

Não só as declarações do vendedor como as do primitivo dono da posse – Ricardo José Villa- nova, pelo referido documento de arrendamento a Beja-Flor era um simples cultivado, que se distinguia pelos laranjaes, e arrendava-se a preço de 6 mil e 400 réis por anno (AUTO DE MEDIÇÃO Primórdio Centeno de Azambuja, nº 696, 1876).

Ricardo José VillaNova também possuía uma sesmaria na margem direita do Rio Taquari. Esta sesmaria está documentada na carta de sesmaria em nome dele referente ao ano de 1815 e consta que Ricardo José Villa-Nova reclama por terras, as chamadas petições, conforme o documento de Doação de Sesmaria de março de 1815. Decorrido um mês da petição, em abril de 1815, Ricardo José Villa Nova é de fato contemplado com uma sesmaria, conforme a Carta de Sesmaria de 26 de abril de 1815. Conforme a documentação, a sesmaria recebida por Ricardo José Villa Nova se localizava no atual município de Arroio do Meio, tendo ao sul o Arroio Forqueta e a leste o Rio Taquari. Na carta de petição do sesmeiro fica clara a necessidade de demonstrar a vontade do mesmo de desenvolver a agricultura, sendo inclusive até aquele momento preciso arrendar terras, ou seja, isso possibilita pensar que o estabelecimento da atividade da agricultura nos entornos do Rio Taquari fazia parte do projeto provincial na primeira metade do século XIX.

Com base o documento de Carta de Doação de Sesmaria de Ricardo Villa Nova, e no trabalho de Relly, Machado e Schneider (2008) e de Vedoy (2015), Ricardo Villa Nova é possível constatar a prática de atividades agrícolas e da ocupação dos espaços nos entornos do Rio Taquari. Ricardo Villa Nova é um exemplo de que foi possível acender economicamente, mesmo com uma atividade secundária para o Rio Grande do Sul, no caso, a atividade agrícola. Corroborar para a questão, conforme ainda Relly, Machado e Schneider (2008), o fato de que o referido sesmeiro, também em Triunfo (que na época já não incorporava mais a Freguesia de Taquari) havia feito fortuna através da agricultura de subsistência e comercial, em torno da produção de trigo e da madeira, portanto sem estar envolvido com a pecuária, atividade econômica do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. O que tornou Ricardo Villa Nova um proeminente pelo fato de requerer

mais terras para o desenvolvimento de sua economia, se comprometendo a desenvolvê-la nos entornos do Rio Taquari.

No início da primeira metade do século XIX, outra relevante fazenda desta época, e a Fazenda da Estrella, de posse primeiramente de João Ignácio Teixeira e posteriormente permutada por Victorino Ribeiro (GREGORY, 2015). A Fazenda da Estrella, ou a sesmaria de João Ignácio Teixeira aparecem no Auto de Medição de Victorino Ribeiro 1861.

A Fazenda da Estrella esteve ativa pelo menos desde o início do século XIX até o início da segunda metade do século XIX, passando na mão de vários proprietários, e se tratava de uma fazenda produtiva, na qual todos os proprietários se utilizaram dela para a obtenção de lucros, visto a quantidade de escravos que Victorino José Ribeiro possuía e recebera de José Ignácio Teixeira quando da permutação das terras. “Permutação de uma Fazenda de terras com suas benfeitorias e utensílios por uma morada de casas de sobrado e venda de vinte escravos ladinos que fazem José Ignácio Teixeira Júnior e sua mulher a Victorino José Ribeiro e sua mulher” (AUTO DE MEDIÇÃO de Victorino José Ribeiro de 1861).

Sendo assim, observa-se que o Rio Taquari fez parte primeiramente do projeto português de ocupação dentro de um contexto de disputa entre as Coroas Ibéricas, momento no qual se incentivou a doação de sesmarias a chefes militares, desde a segunda metade do século XVIII até pelo menos o início do século XIX. Momento no qual se tem a união da elite local, seja ela econômica ou militar, com o governo português e provincial, conforme foi possível constatar pelo significativo número de pedidos por sesmarias em direção as chamadas terras devolutas. Portanto verificou-se que a principal atividade econômica destas sesmarias e fazendas era a agricultura, situação onde deve ser levado em consideração a composição geoambiental da Bacia do Rio Taquari. Localizada na depressão central, com uma área de altitude mais baixa e uma mais elevada em direção ao planalto, com um terreno acidentado, possuindo um espaço de floresta com uma vasta fauna e flora irrigada por arroios e rios que desaguam na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, portanto diferenciando-se do modelo hegemônico da economia pecuarista, que dependia de vastas áreas de campo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Desdobramentos socioambientais do estabelecimento de sesmarias e fazendas na primeira metade do século XIX nos

entornos do rio taquari

As informações das fazendas estabelecidas na primeira metade do século XIX encontradas em fundos como o da subdelegacia de Taquari, apresentam o rápido mapeamento e cercamento das terras, decorrendo disto conflitos com grupos indígenas, como neste caso os Kaingang. A exemplo das Correspondências de 19 de Dezembro de 1836 onde ocorreu conflito envolvendo um pardo escravizado.

Illmo. e Exmo. Snr.

Partecipo a V. Ex^a. que no dia 16 do que rege assisti a huma operação no corpo de hum pardo de nome Joze Antonio cuja operação consistia em tirar-se duas flexas que disem os conductores do dito **pardo** serem os bugre que lhe atirarão **huma das flexas estava metida no peito direito, e outra no braço esquerdo; e logo que se acabou a operação elle faleceu; cujos bugres disem haverem sahido nos fundos da fazenda da estrela, e querendo mandar seguir a estes infieis receby ao mesmo tempo hum officio do Sr. Juis Municipal para fazer seguir huma expedição de Cem. G. N. para se reunirem ao Tenente Coronel Antonio Manuel de Azambuja, ... Deus Guarde a V. Ex^a. Quartel em Taquary, 19 de Dezembro de 1836. Illmo. e Exmo. Sr. Joze de Araújo Ribeiro, Dignissimo Presidente da Provincia. (CORRESPONDÊNCIA de 19 de Dezembro de 1836, grifo nosso).**

Em outra correspondência expedida pela subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847, nota-se as atividades econômicas. Em uma carta de espécie informativa o subdelegado Francisco Matias de Souza Avila descreve características econômicas da bacia e aspectos naturais a serem explorados.

Informação

Na marge direita do Rio Taquary, ... do Jacaré para sima estão as matas de N...são montanhozas maiscahidas para ... Rio, terrenos estes e a **cultura da cana, Café, fumo, Algodão, Trigo, cha, Ninhas, milhos, Feijões, Lentilhas, Ervilhas, Batatas, Bananas,**__por terem ... mesmos terremos altos

confrontos a leste e a Norte por... izentos do G....(gados?)

Na margem esquerda do mesmo Rio, no lugar denominado Salto... se achão as matas todas devolutas, São terrenos (dobrados?) todos abitáveis pr....propícios para a cultura como mencionei acima na....nação todos mais quatro e de ..contagem na planta por serem todas muito produtivas deste mesmo lado se achão alguns tabuleiros de terrenos altos são bem propícios para a cultura da... Canna do Café os matos de hum e outro lado são abundantes de **madeiras de Ley q são o Ipês Guajubiras Louro, Tajube, Saguaragy, Cabriuba, E... a fundos e Anjico se acha L..pmilho, Canjerana e car... nermilho, Branco, Timbaube e fi ger i as (figueiras?)** ... o fundos desta mata na margem há grandes ervais de herva Matte também Pinhais o Rio dá navegação da maiores parte do anno..... a cortes, e **em canoas pequenasgrandes. o ultimo Form..deira na margem direita deste Rio [...]** (CORRESPONDÊNCIA da subdelegacia de Polícia de Taquari em 1847, grifos nossos).

A partir destes dados é possível inferir algumas análises acerca da mão de obra e das atividades econômicas destas fazendas, caracterizada pela agricultura e mão de obra escrava e com pouca mobilidade social. Conforme Furtado (1979) a agricultura tradicional não é incompatível com o modo capitalista de produção, levando em consideração que este modo de agricultura tradicional faz parte de um processo inicial de crescimento econômico. Voltando a uma perspectiva ambiental, os recursos ambientais do Rio Taquari, como solo, recursos hídricos, e fauna e flora, possibilitaram o desenvolvimento desta agricultura, os recursos naturais e a acessibilidade à propriedade destes recursos, somados a um sistema escravocrata e de navegabilidade do rio e o crescimento das vilas até Porto Alegre possibilitaram um primeiro estágio econômico. Andrade (2008) define a economia nesta perspectiva como um subsistema de um sistema maior que a sustenta. Nesta perspectiva pensando a atividade agrícola nos entornos do Rio Taquari, esta só foi possível em função da estrutura, geoambiental e todos os recursos que esta estrutura possibilitava aos ocupantes da época. A perspectiva de Andrade (2008) leva em consideração a análise biofísica-ecológica do sistema econômico, possibilitando relacionar a atividade econômica com a estrutural ambiental.

Na Correspondência de 1847 é possível identificar alguns aspectos referentes às fazendas de cunho econômico, ambiental e dos atores sociais envolvidos. Se levarmos em conta os atores sociais que aparecem nestas

documentações, e que fazem referência direta as fazendas, pode-se pensar de que estes participavam ativamente das atividades na fazenda de Victorino José Ribeiro. O que nos possibilita identificar que o tipo de atividade econômica se produzia nestes espaços a partir da Fazenda da Estrella. Começando pelo fato de que provavelmente, tanto o referido pardo e o escravizado africano, estavam a trabalho no momento dos conflitos com os indígenas Kaingang. Já se pode pensar em um possível trabalhador ou arrendatário em relação ao pardo, e em relação ao escravizado não deixa qualquer dúvida, tratava-se de uma posse de Victorino José Ribeiro, portanto relacionado ao comércio de negros escravizados.

Levanta-se a questão sobre o tipo de produção na Fazenda da Estrella, cuja posse era de Vitorino José Ribeiro e como visto fora comprada em permuta de José Ignácio Teixeira, e que possuía trabalho escravo. Conforme Gregory (2015) tem-se conhecimento que este possuía escravos e até mesmo uma senzala em sua fazenda. As correspondências mencionadas corroboram para a questão, visto que, os conflitos com os indígenas eram sazonais, possivelmente em épocas de colheita do milho, portanto uma atividade agrícola. Vale salientar que na concepção Kaingang o milho tratava-se de um bem coletivo, e como as fazendas e lavouras encontravam-se em jurisdição do seu tradicional território nada havia de estranho em incursionar para colher o que precisavam. Sobre isto, tem-se:

Como características gerais desses assaltos se podem observar, em primeiro lugar, o saque às roças de milho que se encontravam prontos para colheita, por isso, a maior parte das investidas indígenas ocorreu nos primeiros meses do ano. Durante o inverno, os Coroados mantinham-se envolvidos na coleta e processamento dos pinhões, principal alimento deste grupo, realizados pelas mulheres (DORNELLES, 2011, p.31).

Tomando os dados para a análise é possível que estes conflitos tenham ocorrido em função da produção agrícola do milho, além disto, tratava-se de uma produção muito comum para os entornos do Rio Taquari daquele período. Bem provável que esta produção não fosse a única da fazenda. Sendo assim é possível cogitar-se outros tipos de cultivos além da extração da madeira, também muito explorada na época, quer fosse para a subsistência da fazenda ou para o comércio. Através das informações apresentadas nas correspondências de dezembro de 1836 e fevereiro de 1845, em se tratando de Kaingang, escravos e pardos, estes eram grupos atuantes na história do Vale

do Taquari na primeira metade do século XIX. Os indígenas guerreando por um espaço que antes não possuía a configuração privada representada pelas fazendas, e o escravo e o pardo como membros atuantes das atividades agrícolas da fazenda. E para os Kaingang tratava-se de um espaço de bem comum longe da lógica do homem branco de privatização da terra. Para tanto é preciso levar em consideração as premissas de Pádua (2010) que considera que a natureza é construída culturalmente nas diferentes sociedades e possui características dinâmicas. Portanto não é somente um espaço onde a história do homem se desenrola, é uma relação de troca.

No que diz respeito a presença dos indígenas Kaingang no território pode-se pensar em uma relação conflituosa, conforme dados da Correspondência de dezembro 1836, possivelmente devido a obtenção de recursos no entorno da Bacia do Rio Taquari, pois conforme estudos históricos e arqueológicos como os de Laroque (2000) e Wolf (2012), este se tratava de um tradicional território Kaingang, cabendo a estes espaços da bacia, ou seja, de altitudes mais baixa em relação ao restante, um local de busca por recursos naturais e estabelecimentos temporários. Vale salientar, que estes possuíam uma relação com meio totalmente diferente da trazida pelas fazendas, principalmente em relação à noção de espaço público e privado, e a distinção entre homem e natureza.

Warren Dean (1996) a respeito do governo colonial e imperial do Brasil, chama a atenção de que este sempre se mostrou ineficiente perante o uso inesgotável das riquezas naturais da Mata Atlântica. Uma sociedade calcada na mão de obra escrava, em que se explorava ao mesmo tempo o elemento natural e humano de forma compulsória. Mostrando que a conservação da natureza e do homem se mostram irrelevantes para a sociedade colonial e tão pouco para a imperial do século XIX. No caso da ocupação dos entornos do Rio Taquari, este modelo seguia o mesmo ritmo, onde a frente de expansão e pioneira da “civilização” avançava e trazia consigo os elementos de uma economia predatória. A ocupação lusa do Rio Taquari está conectada a chegada da primeira leva de imigrantes europeus nestas terras ao sul da América Portuguesa, como visto a imigração açoriana e a doação de sesmarias foi o elemento propulsor deste movimento.

Apesar das lacunas na narrativa da Correspondência de 1847, temos a informação sobre alguns tipos de cultivos agrícolas acomodadas ao longo do rio Taquari, a exemplo do rio Jacaré afluente da margem direita do rio Taquari, onde hoje se encontra o município de Encantado. São descritas plantações de cana de açúcar, café, fumo, algodão, trigo, chá, ninhas, milho, feijão, lentilhas, ervilhas, batatas, bananas, demonstrando uma diversificada variedade do que era cultivado. Destaca-se a plantação de fumo que se mantém ainda presente

nas áreas de altitude mais elevada como Progresso e Boqueirão do Leão, no que atualmente se denomina Região de Vale do Taquari. O trigo que como visto, era característico destes ocupantes, bem como é o caso do milho, feijão e batatas. Estes produtos muito provavelmente abasteciam as primeiras vilas existentes, tais como a Vila de Taquari e Triunfo, seguindo o curso d'água, possivelmente tendo como o destino final Porto Alegre.

Um outro documento pesquisado trata-se de uma Correspondência de 1845 onde os territórios do Rio Taquari aparecem na categoria de terras devolutas, correspondendo a áreas territoriais não alcançadas até então pela doação de sesmarias, e que com a independência do Brasil e o fim das doações, tratava-se de um bem do Estado Nacional brasileiro. Nestas áreas de terras devolutas, localizados na margem esquerda do rio Taquari, são mencionadas madeiras de lei, dentre elas destacam-se o Ipê (*Tabebuia*), de floresta estacional semidecidual, característica do bioma da Mata Atlântica, Guajuvira (*Patagonula americana*), Louro (*Laurus nobilis*), Cabriuva (*Myrocarpus frondosus*), Figueira (*Ficus*), Angico (*Anadenanthera macrocarpa*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e também araucária (*Araucaria angustifolia*) (CORRESPONDÊNCIA de 1845). Estas informações relativas à madeira nos dão pistas sobre a produção de tábuas que era escoada através do rio Taquari, com vistas à produção de móveis, barcos e na construção civil envolvendo as estruturas das cidades que na época basicamente foram levantadas a base de pedra e madeira.

Relativo aos ervais de onde era retirada a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), esta tornou-se um fator econômico relevante, bem a madeira da araucária (*Araucaria angustifolia*) que passou a ser transportada por meio de canoas seguindo o curso de rios. Sobre os ervais e a relação com os grupos indígenas tem-se o seguinte:

É possível explicar, hoje, a formação dos ervais nativos no Sul da América como um processo predominantemente natural, resultado de características químicas do solo, da altitude, da concentração hídrica, do clima, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, é indispensável considerar também a ação humana, mesmo involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos. Não se pode ignorar a contínua intervenção dos povos indígenas Guarani, Charrua, Kaingang, Xokleng, Guaicuru, Paiagua e de outras etnias que habitaram o Sul da América sobre a dinâmica das florestas (GERHARDT, 2013, p.57).

As áreas da Mata Atlântica que cobriam grande parte da região sudeste do Brasil, incluindo as áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, com base em Dean (1996) eram já há muito tempo antes da chegada do elemento europeu modificadas em função das alterações provocadas pelas atividades indígenas. Portanto, a implantação das sesmarias e fazendas com a atividade econômica da agricultura acarretou significativas transformações nos entornos do Rio Taquari devido a forma de uso e captação de recursos.

Considerações finais

Os espaços nos entornos do Rio Taquari desde os tempos dos Guarani e os Kaingang provavelmente já era um espaço da onde este grupo extraía a sua subsistência, e com a chegada do elemento luso das fazendas e da agricultura se tem um ponto de ruptura e início de um novo modelo econômico de posse privada da terra e do plantio e da extração transformadas em lucro, já no final do século XVIII.

A atividade agrícola como principal fonte da atividade econômica dos entornos do Rio Taquari na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, por meio do estabelecimento de sesmarias e fazenda, trouxe transformações econômicas através da agricultura e extração dos recursos naturais nos entornos do rio, principalmente diversos tipos de madeira para consumo interno da Província, situação que se contrapõe à pecuária predominante no sul do Brasil Meridional. Vale também salientar, que novos atores sociais como sesmeiros/estancieiros, casais açorianos, ervateiros, pobres lavradores e negros escravizados passaram a se estabelecer em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari que faz parte do bioma Mata Atlântica, composta pela Floresta Decidual e Floresta Ombrófila Mista, as quais sofreram transformações devido à forma que áreas da Bacia passaram a ser utilizadas para captação de recursos, diferente daquela manejada pelos indígenas Kaingang que tradicionalmente viviam no local.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e

metodológicos nas visões neoclássicas e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*. Campinas, n. 14, p.1-31, ago./dez., 2008.

AUTO DE MEDIÇÃO de 1861. Auto de Medição nº 12. Proprietários: Vitorino José Ribeiro e Anna Emília Sampaio Ribeiro, 1861, Taquari. *AHRS*. Fundo Lei de terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 696, de 1876. Auto de medição, autoria de Primórdio Centeno de Azambuja, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

AUTO DE MEDIÇÃO nº 2017 de 1887. Auto de medição, autoria de Joaquim Alves Xavier, Estrela. *AHRS*. Fundo Lei de Terras de 1850.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida. In: CARELI, Sandra da Silva, KNERMIM, Luiz Cláudio. *Releituras da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, CORAG, 2011, p.115-138.

CHRISTILINO, Cristiano. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História da América Latina) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CORRESPONDÊNCIA de 19 de dezembro de 1836. Correspondência do Corpo Policial de Taquari de 1836, s/nº, *AHRS*. Maço 144, Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 15 de fevereiro de 1845. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1845, *AHRS*. Maço 57. Corpo Policial.

CORRESPONDÊNCIA de 1847 s/data. Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Taquari de 1847, *AHRS*, Maço 57. Corpo Policial.

CRISTO, Tuani de. *Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e Jesuítas em territórios da Província do Tape (1626-1638)*. 128 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2016.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. Ed., São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. Santa Catarina, 2013. 290 f. Tese (Doutoramento em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Santa Catarina. 2013.

GREGORY, Josemir. *Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX*. 2015. 53 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História II), Centro Universitário do Vale do Taquari, dez. 2015.

HERLEIN Jr, Ronaldo; CARVALHO, Vera Refina F.O vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro – 1500 – 1822. In: SIMPÓSIO: *Historias subregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay: Ocupacion territorial, inmigraciones y desarrollo socioeconômico*. 2002, p. 1 -26. Disponível em: < http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/artigo_sobre_o_periodo_colonial.pdf> Acesso em: 15 jul. 2019.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. Lajeado: [s.n], 2017.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808–1889). *Pesquisas*. Antropologia nº 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*. São Paulo-SP, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. São Paulo-SP. *Estudos Avançados* nº 24, p. 81-101, 2010.

PIRES, Karen. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/ RS – final do século XIX*. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2016.

RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS. UFRGS, Caderno nº31, 1954.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli Galarce; SCHNEIDER, Patrícia.

História de Colinas: do Taiaçuapé a Colinas. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2008.

SANTOS, Marcio Pereira. *A Paisagem como Imagem e Representação do Espaço na Geografia Humana*. São Paulo, Espaço e tempo, N°28, p.151-165, 2010.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gentes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a Capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERTUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (orgs). *Gentes das ilhas. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.105- 146.

SINOPSE DAS CONCESSÕES DE SESMARIAS na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1780, livro 9, f. 65. 1798; livro 10, f.233, 138; 1800, livro 10, f. 115, 226; 1814, livro 10, f. 10, 27, 164; 1815, livro 10, f. 173; 1816. livro 10, f. 56. *APRS*. Porto Alegre.

TIBURI, Margarida. *Charqueadores, estancieiros e vereadores: elites econômicas e políticas nas margens do Jacuí (São Jerônimo – XIX)*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí*. 100 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

WOLF, Sidnei. *Paisagens e sistemas de assentamento: Um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta\RS.2012*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2012.

_____; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; OLIVEIRA, Jean Lopes de. Arqueologia regional entre o forqueta e o Guaporé: o contexto de ocupação Jê pré-colonial no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul. *Rev. Cadernos do Lepaarq*. Vol. XIII, nº26, 2016, p.172-196.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.